



539^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

No dia 29 de maio de 2025, às 9h55, na Casa dos Conselhos, situada na Av. Oliveira Lima, 813, Soledade, Recife/PE, teve início a reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC, de forma presencial, considerando ser a 539^a. Presentes à reunião ordinária, conforme lista de presença, os (as) seguintes Conselheiros (as) Titulares: **Ana de Fátima Braga Barbosa; Antiógenes Viana de Sena Júnior; Augusto Ferrer de Castro Melo; Cláudio Brandão de Oliveira; Elinildo Marinho de Lima; Francisco Sidney Rocha de Oliveira; Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho; Maria Betânia Corrêa de Araújo; Maria Cláudia Dubeux de Paula Figueiredo Batista; Maria Elizabeth Santiago de Oliveira; Maria Teresa Caminha Duere.** Conselheiros (as) Suplentes: **Alexandra de Lima Cavalcanti; Edmilson Cordeiro dos Santos; Juliana Santa Cruz Souza; Mickael de Azevedo Barbosa; Mons. José Albérico Bezerra.** PAUTA: 01 – Relatoria Rádio Difusora de Pesqueira/PE (Juliana Santa Cruz e Monsenhor Albérico); 02 – Análise dos recursos recebidos pelo CEPPC do período de 26/05 a 09/06 (Lana Monteiro/Fundarpe); 03 – Orientações sobre Mapa Cultural para o RPV 2025 (Lana Monteiro/Fundarpe). **Ana Barbosa** abriu a reunião fazendo a confirmação da pauta. Comunicou que, devido à ausência momentânea da relatora e ao compromisso de Lana Monteiro, a pauta seria invertida, iniciando-se pelos itens 2 e 3. Antes de dar início aos trabalhos, compôs a mesa, convidando Célia Campos, Diretora de Preservação do Patrimônio Cultural da Fundarpe e ex-conselheira, e a vice-presidente Dra. Teresa Duere. Registrhou a presença de Lana Monteiro, de Janine, da sua equipe, de Daniel e Luiz, equipe do Mapa Cultural, além de Nilson, também da Fundarpe e integrante da equipe de Célia. Destacou a presença de Alexandra, suplente do Segmento de Arqueologia, Museologia e História, e da Conselheira e Secretária, Cacau de Paula, que também compôs a mesa. Em seguida, convidou Lana Monteiro, a quem deu as boas-vindas e passou a palavra. **Lana Monteiro** saudou a todos e informou estar, junto com Janine Ribeiro, na Gerência de Patrimônio Material. Comunicou que iniciaria a apresentação com um relatório sintético sobre o andamento do concurso, com o objetivo de oferecer um panorama geral. Explicou que, em seguida, seriam apresentados alguns índices para orientar os trabalhos futuros da comissão de especialistas e do processo de avaliação vinculado ao Mapa Cultural, iniciando assim um processo formativo e de aprendizado coletivo. Apresentou o balanço da 20^a edição do concurso, que contou com 154 inscrições — sendo 86 de pessoas físicas (mestres e mestras) e 68 de grupos ou pessoas jurídicas — representando um aumento em relação às 113 inscrições da edição anterior. Destacou a distribuição regional das inscrições: Região Metropolitana (60), Zona da Mata (25), Agreste (36) e Sertão (33). Informou que foram inicialmente habilitados 53 mestres/mestras e 15 grupos, e que o concurso recebeu 75 recursos (28 de mestres inabilitados e 47 de grupos). Detalhou os critérios de avaliação utilizados: relevância do trabalho, idade ou antiguidade, carência social e transmissão de saberes, além de ressaltar a nova formatação de premiação com base regionalizada. **Ana Barbosa** questionou se a planilha apresentada estaria integrada à interface do Mapa Cultural, destacando que, ao acessar a plataforma, os usuários visualizariam

539ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

apenas os campos de preenchimento, e não a planilha diretamente. Ressaltou a importância de garantir que todos estejam devidamente inscritos no Mapa, especialmente os representantes da sociedade civil que participaram da eleição. Recomendou que os usuários recuperem suas senhas, caso necessário. Explicou que o processo será todo conduzido via Mapa Cultural, inclusive a pontuação dos candidatos, que será acumulada automaticamente no sistema. Questionou se essa pontuação seria visível apenas para quem preenche os campos ou se seria pública. Por fim, indagou se ainda seria necessária uma sessão presencial de socialização e votação física, como ocorria até o ano anterior, ou se o processo seria totalmente automatizado e finalizado pela própria Fundarpe, com base nas pontuações registradas no sistema. **Harlan Gadêlha** afirmou que, conforme mencionado por Ana Barbosa, a votação cabe ao Conselho e deve ser feita presencialmente, uma vez que a lei vigente não foi alterada. Esclareceu que a análise técnica da Fundarpe é uma etapa prévia, mas a deliberação final continua sendo responsabilidade do Conselho. Relembrou que, até o ano de 2024, o Conselho recebia a lista dos habilitados e avaliava os recursos em uma reunião presencial, com cédulas impressas e votação coletiva, o que garantia isonomia no processo. Destacou a importância de manter esse procedimento, especialmente para os novos conselheiros que ainda não participaram desse tipo de votação. Sugeriu que, após a reunião atual, o Conselho realize um encontro específico para deliberar sobre os recursos e escolher os dez nomes do Registro do Patrimônio Vivo de 2025. Por fim, propôs que, em momento oportuno, o Conselho discuta a possibilidade de alteração na legislação para garantir paridade de gênero (50% homens e 50% mulheres) entre os contemplados, considerando que a lei atual permite maior número de inscrições masculinas. **Cláudio Brandão** reforçou a necessidade de que os recursos sejam analisados pelo Conselho, como de costume. Afirmou que a votação para escolha dos nomes do Registro do Patrimônio Vivo também deve ocorrer no âmbito do Conselho, respeitando sua função deliberativa. Observou que qualquer mudança para votação virtual exigiria alteração legislativa, o que ainda não ocorreu. Concordou com a proposta de realização de uma reunião extraordinária após o recebimento e análise dos recursos, para deliberar sobre os nomes selecionados. **Elinildo Marinho** cumprimentou os presentes e questionou se havia, por parte da Gerência, uma proposta de mudança na metodologia de escolha dos Patrimônios Vivos, já que, historicamente, essa etapa vinha sendo deliberada pelo Conselho em votação não aberta e com possibilidade de justificativa individual dos votos. Ressaltou que, caso se trate de uma mudança metodológica, seria importante que a equipe voltasse a apresentar e explicar melhor a proposta ao Conselho, já que os conselheiros não tiveram tempo hábil para compreender os impactos dessa modificação. Comentou também sobre a necessidade de ampliar o debate sobre a paridade de gênero nas escolhas, incluindo não apenas homens e mulheres, mas também pessoas trans, destacando que o mundo é diverso e que as categorias de gênero precisam ser mais bem contempladas. Reforçou que, embora a legislação não determine obrigatoriedade de cotas, o Conselho pode e deve deliberar internamente

539^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

por critérios que valorizem essa pluralidade. Acrescentou que os critérios atualmente previstos no edital (como relevância do trabalho, transmissão dos saberes e carência social) não são, na prática, suficientes para definir os Patrimônios Vivos, e sugeriu que melhorias discutidas por comissões anteriores sejam efetivamente refletidas nos editais. Destacou como ponto positivo a possibilidade de inscrição por autodeclaração e a simplificação documental, especialmente considerando as dificuldades enfrentadas por pessoas idosas ou em situação de vulnerabilidade digital e social. Elinildo sugeriu que os Patrimônios Vivos legitimados fossem convocados a atuar como multiplicadores nas suas regiões, disseminando informações sobre o edital e o processo de inscrição no Mapa Cultural. Colocou-se à disposição para colaborar com formações sobre o certame, destacando seu conhecimento aprofundado sobre o edital. Por fim, propôs a criação de um seminário anual com os Patrimônios Vivos, a realização de reuniões itinerantes do Conselho em diferentes territórios do estado, e criticou a falta de representatividade racial e simbólica da atual estrutura física e institucional do Conselho, afirmando que não se sentia representado por seus símbolos, mas sim pela atuação direta junto aos territórios e aos Patrimônios Vivos, especialmente como homem preto e LGBT. **Lana Monteiro** afirmou que o debate em curso não se tratava de uma questão isolada, mas sim de uma tarefa coletiva atribuída ao grupo, com o objetivo não apenas de refletir, mas de propor ações concretas. Destacou que, embora estivesse contribuindo com a equipe a partir de abril, já com o certame em andamento, reconhecia a pertinência das observações feitas, como as de Elinildo, especialmente em relação à viabilidade de mudanças futuras no edital, a exemplo da regionalização. Ressaltou que, diferentemente de outros editais da Secult-PE e da Fundarpe, o edital de Patrimônio Vivo ainda não incorporava plenamente elementos como critérios de gênero, o que poderia ser alvo de construção coletiva. Enfatizou que o ponto central da discussão dizia respeito à metodologia de trabalho e explicou que a equipe apresentou uma ferramenta com o objetivo de otimizar o processo, sem interferir na autonomia deliberativa do Conselho. Segundo Lana, a ferramenta visava garantir maior transparência pública e responder aos critérios exigidos pela legislação vigente, considerando que o processo envolve o repasse de bolsas vitalícias. Defendeu que os critérios utilizados na escolha dos titulados precisam ser claros e registrados, uma vez que o número de candidatos costuma ser superior à quantidade de vagas disponíveis, sendo necessário justificar as decisões do colegiado. Explicou que o primeiro passo seria garantir que todos os candidatos estivessem cadastrados no Mapa Cultural. A ferramenta apresentada visava, sobretudo, organizar e sistematizar os dados já previstos no edital, como idade, tempo de atuação, relevância cultural e outros indicadores que podem ser utilizados como critério de desempate. Acrescentou que o Conselho teria liberdade para decidir como utilizar a ferramenta seja individualmente, por meio de avaliadores, ou em reuniões presenciais com posterior sistematização dos dados. Reforçou que a proposta da equipe não era interferir na metodologia de trabalho interna do Conselho, mas sim oferecer uma forma prática e transparente de registro das

539^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

avaliações, conforme os critérios já estabelecidos nos editais. **Amanda Carneiro** esclareceu que o estranhamento dos conselheiros se deu pela falta de comunicação prévia sobre mudanças no edital, algo que normalmente é validado pelo Conselho. Informou que técnicos do Mapa Cultural estavam presentes para garantir apoio e segurança no uso da plataforma. Garantiu que sua equipe dará suporte e capacitação, e que o processo será feito presencialmente, com todos votando ao mesmo tempo, para garantir transparência e organização. Destacou que a nova metodologia traz veracidade e clareza, mesmo gerando estranhamento inicial, e reforçou que todas as contribuições dos conselheiros estão sendo consideradas para aprimorar o processo. **Elizabeth Santiago** (Mãe Beth) afirmou que a tecnologia é importante, mas defendeu que seu uso deve ser equilibrado, destacando o valor do encontro presencial nas análises culturais, que permite trocas mais empáticas e sensíveis entre os conselheiros. Ressaltou a importância de registrar e acompanhar institucionalmente a atuação dos patrimônios vivos, questionando a falta de dados e de retorno por parte do Estado. Também destacou o impacto social das bolsas, especialmente para pessoas físicas, e a necessidade de ampliar a política pública para garantir visibilidade e continuidade ao trabalho desses mestres após o reconhecimento. **Antiógenes Viana** afirmou que a ferramenta apresentada pela equipe de Lana representa um avanço importante para o trabalho do Conselho. Ressaltou que o Conselho se empenha na escolha dos nomes que melhor representam o Patrimônio Vivo de Pernambuco, observando critérios como a diversidade de linguagens, gênero e regiões ainda não contempladas. Sugeriu que o Conselho tenha acesso a um diagnóstico atualizado dos patrimônios vivos já eleitos, para apoiar suas decisões. Explicou que, embora consulte frequentemente o portal da Cultura, esse material complementar com recorte por linguagem e macrorregião seria útil e propôs a reflexão sobre sua viabilidade, seja para esta ou para próximas edições. **Célia Campos** informou que já existe um catálogo completo de todos os patrimônios vivos no portal da Cultura PE, incluindo os últimos dez reconhecidos no ano anterior. Acrescentou que a terceira edição da cartilha Patrimônios de Pernambuco também está disponível, com mapa geográfico detalhado. Destacou o trabalho dedicado da equipe de pesquisadores, apesar de pequena, e defendeu maior capilaridade da política pública, com maior atuação dos conselheiros tanto na proposição quanto na execução dessas políticas. Relembrou a proposta de Harlan de envolver os institutos históricos, originada ainda na Semana do Patrimônio. Comentou a saída de Marcelo Renan da coordenação da política de patrimônio imaterial e destacou a chegada da professora Maria Lana Monteiro, da UPE, como reforço qualificado. Mencionou que há resistência dentro da academia quanto ao envolvimento com esse tema, e que é necessário estimular cotidianamente esse diálogo. Reconheceu que a bolsa de R\$ 2.000,00 é insuficiente diante do contexto inflacionário e de outras necessidades dos mestres. Por fim, elogiou a preocupação de Antiógenes com a construção de instrumentos de apoio ao Conselho e relembrou episódios marcantes na história recente do colegiado, como a atuação de Zé Luiz Mota Menezes. **Elinildo Marinho** registrou sua satisfação com a evolução dos

539ª Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

indicadores e parabenizou a qualificação da equipe da Casa. Reforçou a importância da documentação formal e lamentou que as narrativas orais ainda não tivessem o devido valor. Lembrou que, em 2019, promoveu formação na Mata Sul, diante da ausência de patrimônios vivos na região. Destacou que, apesar das dificuldades operacionais, a Casa vinha realizando seu trabalho. Marinho cobrou uma reflexão do Conselho sobre os critérios de escolha e a demora na legitimação de patrimônios em regiões e segmentos sub-representados, como pessoas trans, mulheres pretas, quilombolas, indígenas, PCDs e mestres da capoeira. Apontou a necessidade de considerar as diferentes desigualdades de acesso e defendeu mais equilíbrio nas escolhas, destacando a predominância de homens e a baixa representatividade de pessoas negras entre os legitimados. **Elizabeth Santiago** expressou admiração por Célia Campos e destacou a importância de inserir mestres da cultura nas universidades, como forma de valorizar e compartilhar seus saberes. Também ressaltou a necessidade de dar visibilidade aos patrimônios vivos nas grandes festas populares, como o Carnaval e o São João, citando a experiência positiva do *video mapping* em Olinda. Por fim, questionou a Fundarpe sobre quais ações estão sendo planejadas para garantir o protagonismo dos mestres nesses eventos. **Amanda Carneiro** solicitou atenção especial ao cronograma referente à análise dos recursos do Patrimônio Vivo. Informou que o Conselho deveria cumprir o prazo estabelecido, com análises previstas entre os dias 26 de maio e 9 de junho, e divulgação dos resultados no dia 10 de junho. Destacou que havia 75 recursos a serem avaliados e que seria necessário sair da reunião com a programação definida para a próxima semana, indicando a comissão responsável pela análise e validação dos recursos. Ressaltou que havia duas possibilidades de encaminhamento a serem decididas pelo pleno, e reforçou a urgência do cumprimento das datas, enfatizando que até o dia 9 de junho os recursos já deveriam estar totalmente analisados. **Ana Barbosa** informou à conselheira Elizabeth que o tema dos recursos do Patrimônio Vivo 2025 seria retomado nos informes, para fechamento da discussão. Destacou que, conforme a metodologia da Fundarpe, já havia mais de uma centena de inscritos e 75 recursos apresentados, sendo 28 de mestres e 47 de grupos. Ressaltou que o Conselho precisaria deliberar se os recursos seriam validados e se os nomes seriam incluídos na lista para votação. Informou que os dados seriam encaminhados via SEI pela Fundarpe, devido à necessidade de proteção de dados, e que a deliberação ocorreria em reunião marcada para o dia 5 de junho. Deliberação – Análise de Recursos: O Conselho decidiu que os 75 recursos seriam encaminhados, via SEI, ao relator do GT do Patrimônio Imaterial, conselheiro Cláudio, que apresentará parecer na reunião de 5 de junho. A divulgação dos resultados está prevista para 10 de junho. Deliberação – Metodologia de Votação: Ficou acordado que a análise dos candidatos ocorrerá em reunião presencial, enquanto a votação final será registrada individualmente por cada conselheiro na plataforma Mapa Cultural, com computadores disponibilizados, assegurando transparência na totalização dos votos. Também foram sugeridas: inclusão de critérios de paridade de gênero nas premiações futuras; maior acompanhamento do impacto das bolsas concedidas; e



539^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

ampliação das ações de formação e divulgação do edital em regiões com menor número de inscritos. Após receber a palavra da presidente, **Juliana Santa Cruz** apresentou o parecer sobre o tombamento da antiga Rádio Difusora de Pesqueira-PE. Explicou que o documento, elaborado em conjunto com Monsenhor Albérico Bezerra, reuniu: 1. Identificação do bem e de seu terreno; 2. Cronologia do processo de tombamento; 3. Contexto histórico da emissora; 4. Descrição da instalação da rádio; 5. Análise técnica da edificação. Relatou que a rádio, inaugurada em 1951 no Agreste pernambucano, compartilhava a mesma tipologia arquitetônica das difusoras de Garanhuns e Caruaru, já tombadas em nível estadual, mas conservava maior integridade espacial e material. Destacou que o lote original fora desmembrado em duas partes (prédio e área da antiga antena), sem prejuízo para o tombamento, e que o processo fora solicitado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Pesqueira. Apontou que a emissora funcionara como importante polo de sociabilidade e comunicação regional até encerrar suas atividades locais em 27 de janeiro de 2023. Ressaltou a boa preservação da estrutura em concreto armado, das fachadas com brises horizontais e do auditório com mobiliário original, bem como, a existência de mínimas intervenções (sanitários, copa) e patologias pontuais (unidades de ar-condicionado expostas e infiltrações). Concluiu que a edificação possuía elevado valor cultural, simbólico e arquitetônico, recomendando o tombamento definitivo do prédio, a proteção ambiental do lote posterior e a delimitação de entorno, conforme a proposta técnica da Fundarpe. Sugeriu a antecipação de estudos de impacto de vizinhança para possíveis construções no terreno remanescente, visando evitar futuros prejuízos ao bem tombado. Por fim, ratificou, em nome dos relatores, a necessidade de instrumento legal para preservar a Rádio Difusora para as atuais e futuras gerações. **Mons. Albérico Bezerra** afirmou que sua participação na relatoria teve um cunho sentimental, uma vez que é natural de Alagoinha, localizada entre Pesqueira e Arcos, especificamente do povoado de Perpétuo Socorro. Relatou que estudou em Pesqueira e expressou sua alegria por ter atuado na Rádio Difusora da cidade, onde apresentava o programa “Crônica do Almoço” ao meio-dia, ao lado do professor Jarival, já falecido. Como seminarista do Seminário de Pesqueira, lembrou-se com emoção das transmissões realizadas todo dia 5 de fevereiro, dia de Santa Águeda, padroeira de Pesqueira, diretamente da Catedral de Santana. Ressaltou que, apesar de nunca ter se apresentado ou cantado no auditório da Rádio Difusora, foi naquele espaço que colou grau tanto no curso ginásial quanto no curso de técnico de contabilidade e comércio, tendo sido o orador da turma. Acrescentou que possivelmente ainda exista uma foto da ocasião. **Ana Barbosa** parabenizou os relatores pelo trabalho e destacou a riqueza dos detalhes apresentados, observando que cada conselheiro contribuiu com sua especialidade – seja em arquitetura, história, direito ou outras áreas. Informou que abriria para comentários dos conselheiros. **Augusto Ferrer** sugeriu que o parecer explicasse com mais clareza a relevância estadual do bem, para além da importância local, além de propor o aprofundamento da descrição do contexto social e da “sociedade do rádio” representada pela edificação. Mencionou também que foi levantada a preocupação

539^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

com a inclusão e preservação do acervo móvel e técnico da rádio, bem como com o impacto de futuras construções na área desmembrada do terreno original. Em nome da Fundarpe, **Nilson Cordeiro** esclareceu que a singularidade da Rádio Difusora reside no fato de sua planta ter sido originalmente concebida e projetada para funcionar como rádio, o que é raro no Brasil. Por fim, **Ana Barbosa** informou que a relatora, conselheira Juliana Santa Cruz, acolheu as sugestões apresentadas e fará os devidos ajustes no parecer, incluindo a relevância estadual do bem, o contexto sociocultural do rádio e a questão do acervo. Ressaltou que o parecer revisado será apresentado na próxima reunião, em 5 de junho, para deliberação e votação do tombamento pelo pleno do Conselho. Nada mais a tratar, deu por encerrada a reunião, **Ana de Fátima Braga Barbosa** e eu **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de achada conforme, será assinada por mim e pelos (as) demais presentes na reunião.

Amanda Oliveira Araújo Carneiro
Amanda Oliveira Araújo Carneiro (Secretária)

Ana de Fátima Braga Barbosa
Ana de Fátima Braga Barbosa (Presidente)

Maria Teresa Caminha Duere
Maria Teresa Caminha Duere (vice-presidente)

Antígenes Viana de Sena Júnior
Antígenes Viana de Sena Júnior

Augusto Ferrer de Castro Melo
Augusto Ferrer de Castro Melo

Cláudio Brandão de Oliveira
Cláudio Brandão de Oliveira

Elinildo Marinho de Lima
Elinildo Marinho de Lima

Francisco Sidney Rocha de Oliveira
Francisco Sidney Rocha de Oliveira

Harlan de Albuquerque Gadelha Filho
Harlan de Albuquerque Gadelha Filho

Luiz Otávio de Melo Cavalcante
Luiz Otávio de Melo Cavalcante



539^a Reunião do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC

Maria Betânia Corrêa de Araújo

Maria Cláudia Dubéux de Paula Figueiredo Batista

Maria Elizabeth Santiago de Oliveira

Alexandra de Lima Cavalcanti

Edmílson Cordeiro dos Santos

Juliana Santa Cruz Souza

Mickael de Azevedo Barbosa

Mons. José Albérico Bezerra